



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 001.024/16

CONVÊNIO N. 2016/072.0

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E O BRB  
– CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO S.A, PARA  
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE  
PAGAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS  
CONCEDIDOS AOS DEPUTADOS,  
SERVIDORES E PENSIONISTAS DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Ao(s) 25 (vinte e cinco) dia(s) do mês de julho de  
dois mil e dezesseis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos  
Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob n. 00.530.352/0001-59, daqui  
por diante denominada CONSIGNANTE e neste ato representada por seu  
Diretor-Geral, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, casado,  
residente e domiciliado em Brasília-DF, e o BRB – CRÉDITO,  
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, instituição financeira com sede  
no SBS, Quadra 01, Bloco E, Edifício Brasília, 3º andar, Brasília - DF, inscrita  
no CNPJ sob o n. 33.136.888/0001-43, daqui por diante denominada  
CONSIGNATÁRIA e neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o  
senhor GERALDO LOURENÇO DE ALMEIDA, brasileiro, servidor público,  
inscrito no CPF sob o n. 386.397.261-91, perante as testemunhas que estes  
subscrevem, acordam celebrar o presente Convênio, em conformidade com o  
processo em referência, com as disposições contidas no Ato da Mesa n. 65, de  
2005, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e posteriores  
alterações, daqui por diante denominada simplesmente LEI, com o Regulamento  
dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da  
Mesa n. 80/01, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante  
denominado REGULAMENTO, bem como com a Portaria n. 153/05 da  
Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, observadas as cláusulas e condições  
a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente CONVÊNIO é a consignação em folha de  
pagamento de empréstimos concedidos pela CONSIGNATÁRIA a deputados,  
servidores e pensionistas da CONSIGNANTE, daqui por diante denominados  
BENEFICIÁRIOS.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS**

A CONSIGNATÁRIA, dentro de seu exclusivo critério e obedecidas as  
suas normas de concessão de crédito, analisará a possibilidade de efetivação de  
empréstimos em favor de deputados, servidores e pensionistas da  
CONSIGNANTE, cuja contratação será efetivada diretamente com o



8



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

beneficiário, para quitação mediante consignação em folha de pagamento.

Parágrafo primeiro – A CONSIGNATÁRIA deve apresentar solicitação de consignação facultativa ao Departamento de Pessoal da CONSIGNANTE, instruída com a comprovação da autorização de débito do beneficiário.

Parágrafo segundo – Compete à CONSIGNANTE processar as operações e averbações em folha de pagamento dos beneficiários dos empréstimos, mediante autorização formal do interessado e repassar os recursos correspondentes à CONSIGNATÁRIA.

Parágrafo terceiro – A CONSIGNANTE, por determinação do art. 10 do Ato da Mesa n. 65/05 c/c art. 2º da Portaria n. 153/05, descontará, para cobertura dos custos de processamento de dados, da importância a ser recolhida à CONSIGNATÁRIA, o valor de R\$1,70 (um real e setenta centavos) por consignação averbada em folha.

Parágrafo quarto – O Departamento de Pessoal da CONSIGNANTE definirá os formulários-padrão e os prazos para o recebimento dos pedidos de consignação, bem como de cancelamento do desconto em folha de pagamento.

Parágrafo quinto – A CONSIGNATÁRIA indicará à CONSIGNANTE seus representantes, os quais se responsabilizarão pela fidedignidade das informações prestadas no processamento dos empréstimos e demais expedientes relativos ao presente instrumento e dos dados dos proponentes constantes dos formulários-padrão.

Parágrafo sexto – Poderá a CONSIGNATÁRIA, mediante simples comunicação por escrito à CONSIGNANTE, substituir, cancelar e/ou constituir novos representantes de que trata o parágrafo anterior, ficando estabelecido que as alterações vigorarão a partir do dia seguinte ao da entrega da comunicação pela CONSIGNATÁRIA.

Parágrafo sétimo – A CONSIGNATÁRIA deverá, na troca de informações para efetivação dos valores a serem consignados, apresentar, preferencialmente, meio magnético ou eletrônico no formato utilizado pela CONSIGNANTE.

Parágrafo oitavo – A CONSIGNATÁRIA fica obrigada a enviar ao órgão responsável da CONSIGNANTE, até o quinto dia útil de cada mês, as taxas de juros mensal e anual a serem praticadas nos empréstimos, financiamentos ou arrendamentos mercantis.

Parágrafo nono – A CONSIGNATÁRIA fica obrigada também a apresentar, no início da vigência do presente instrumento, e sempre que houver alteração nas informações ou vencimento de validade, os seguintes documentos:

a) registro no cadastro nacional de pessoa jurídica, estatuto constitutivo e autorização de funcionamento emitida pelo órgão competente;

b) certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

c) certidão negativa de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal; e

d) prova de inexistência de restrição de órgãos de controle do sistema nacional de seguros privadas ou das sociedades cooperativas ou do Banco Central do Brasil, conforme o caso.

*[Assinatura]*





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Parágrafo décimo – A não observância das obrigações constantes dos parágrafos oitavo e nono implicará a suspensão da emissão de documento comprobatório de margem consignável em favor da CONSIGNATÁRIA até o seu adimplemento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES**

A CONSIGNANTE obriga-se a recolher à CONSIGNATÁRIA, mensalmente, até o dia 25, o total das prestações devidas por seus servidores ou pensionistas ou a liquidação dos empréstimos concedidos pela CONSIGNATÁRIA.

Parágrafo primeiro – Ocorrendo a exoneração, falecimento ou redução da remuneração do servidor, impossibilitando assim o desconto da parcela do empréstimo em folha, a CONSIGNANTE deverá informar à CONSIGNATÁRIA sobre a ocorrência do fato.

Parágrafo segundo – A consignação relativa à amortização de empréstimo ou financiamento somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e da CONSIGNATÁRIA.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONSIGNANTE**

A CONSIGNANTE se responsabilizará por:

a) Adotar, no que lhe competir, as providências necessárias para viabilizar a formalização das operações entre a CONSIGNATÁRIA e seus servidores;

b) Prestar ao servidor e à CONSIGNATÁRIA, mediante solicitação do servidor, escrita ou eletrônica, as informações necessárias para a contratação da operação, inclusive: (i) o dia habitual de pagamento mensal de salários/vencimentos; (ii) data de fechamento da folha; (iii) data do próximo pagamento dos salários/vencimentos; (iv) as demais informações necessárias para o cálculo da margem disponível para consignação;

c) Dar preferência, nos termos legais, aos descontos de operações efetuadas ao amparo deste Convênio, em detrimento a outros descontos de mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente;

d) Informar, mensalmente, à CONSIGNATÁRIA, por arquivo magnético, meio eletrônico ou outro meio disponível, os valores consignados, devidamente identificados.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONSIGNATÁRIA**

A CONSIGNATÁRIA se responsabilizará por:

a) Atender e orientar os servidores da CONSIGNANTE quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de créditos concedidos ao amparo deste Convênio;

b) Fornecer à CONSIGNANTE arquivo eletrônico contendo a identificação de cada contrato, beneficiário, prazo da operação e valores das





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

prestações a serem descontadas, no caso de automatização dos procedimentos deste Convênio;

c) Prestar ao servidor beneficiário ou seu representante legal as informações necessárias para a liquidação antecipada dos empréstimos;

d) Adotar, no que lhes competir, as providências necessárias para viabilizar a formalização das operações de crédito, ao amparo deste Convênio, com os servidores da CONSIGNANTE, observadas suas programações orçamentárias, normas operacionais e análise de crédito;

e) Disponibilizar aos servidores da CONSIGNANTE informações relativas às respectivas operações por eles contratadas ao amparo deste Convênio.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA DO CONVÊNIO**

É facultado aos partícipes denunciar o presente convênio a qualquer tempo, mediante simples aviso por escrito com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

Parágrafo primeiro – A denúncia prevista nesta Cláusula implicará suspensão imediata do processamento dos empréstimos ou financiamentos não averbados.

Parágrafo segundo – Continuará em pleno vigor, a averbação dos contratos firmados até a data da denúncia e a cláusula DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES até a efetiva liquidação dos empréstimos ou financiamentos concedidos.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os partícipes, sendo que aqueles que importarem em modificações do presente termo deverão ser expressamente formalizados.

Parágrafo primeiro – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este convênio devem ser feitos por escrito, entregue mediante recibo à pessoa devidamente credenciada, ou diretamente nos endereços constantes neste convênio ou outro comunicado posteriormente à sua assinatura.

Parágrafo segundo – O presente Convênio não gera qualquer direito ou garantia à CONSIGNATÁRIA, inclusive quanto à indenização, podendo o mesmo ser denunciado pela CONSIGNANTE, a qualquer tempo, conforme conveniência administrativa.

Parágrafo terceiro – O contrato de empréstimo e/ou financiamento celebrado entre a CONSIGNATÁRIA e o servidor não constitui nenhuma obrigação para a CONSIGNANTE, nem implicará corresponsabilidade por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária.

Parágrafo quarto – Fica vedada a utilização de espaço físico, material, pessoal ou qualquer outro recurso que implique custo para a CONSIGNANTE, exceto o disposto no parágrafo terceiro da Cláusula Segunda deste Convênio.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CLÁUSULA OITAVA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL**

Considera-se órgão responsável o Departamento de Pessoal, localizado no 9º andar do Edifício Anexo I da Câmara os Deputados, que indicará o servidor responsável pelos atos de gestão e fiscalização do presente Convênio.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.


**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer questão do presente Convênio.

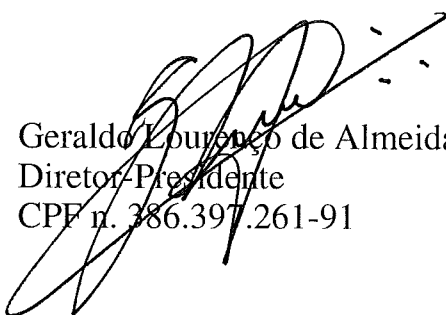
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 5 (cinco) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 25 de julho de 2016.

Pela CONSIGNANTE:

  
Romulo de Sousa Mesquita  
Diretor-Geral  
CPF n. 443.493.351-53

Pela CONSIGNATÁRIA:

  
Geraldo Lourenço de Almeida  
Diretor-Presidente  
CPF n. 386.397.261-91

Testemunhas:

- 1) Priscila Dias da Silva nº 701661
- 2) Azeite Gonçalves P. 6912

CCONT/PD



